

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 006/2017

PREÂMBULO

Órgão licitante	Prefeitura Municipal de Matrinchã; Fundo Municipal de Saúde de Matrinchã
Processo administrativo	1061/2017
Modalidade	Convite
Tipo de licitação	Menor preço por item
Objeto	Contratação de consultoria administrativa
Valor orçado	R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
Fundamento jurídico	Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006
Fone	(062) 3391-1151
Site	www.matrincha.go.gov.br
e-mail	cpldematrincha@gmail.com
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	Vivianne Oliveira de Araújo
Da sessão para o recebimento dos documentos e abertura das propostas	
Local	Rua Gerciron Pereira Dias, nº. 858, Setor Nova Esperança, Matrinchã-GO.
Data	07 de junho de 2017
Hora	08hr30min com 10 minutos de tolerância

I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação será a contratação de consultoria administrativa ao departamento de licitações e controle interno do Município de Matrinchã; e consultoria administrativa ao FMS de Matrinchã, no que concerne à elaboração de termos de referência e licitações em geral.

II – DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação dos serviços deverão ser executadas conforme instruções constantes do **Anexo I**, parte integrante do Edital.

2.2. Integram este instrumento convocatório, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Minuta do Contrato;

Anexo III – Declaração;

Anexo IV – Declaração.

2.3. A Comissão Permanente de Licitação permanecerá à disposição das interessadas, para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações no horário de expediente.

2.4. A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

III – DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

3.1. A empresa interessada em participar da presente licitação deverá protocolar os envelopes da sua proposta na sede da Prefeitura Municipal de Matrinchã, e no endereço acima referido, as **08hr:30min do dia 07 de junho de 2017**, prazo preclusivo do direito à participação, sendo vedada a remessa por via postal. A abertura se dará às 08hr:30min do mesmo dia, na sede da Prefeitura Municipal de Matrinchã, e no endereço acima referido.

3.2. As propostas entregues em local e/ou horário diferentes não serão objeto de julgamento pela Comissão de Licitação, não sendo permitida a participação de licitantes retardatários.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas/firmas, especializadas no ramo, que atendam às condições estabelecidas neste instrumento convocatório, previamente convidados, ou aos demais interessados que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação da propostas. (§3º do art. 22, da Lei nº 8.666/93).

4.2. Não poderá habilitar-se à presente licitação empresa:

4.3. Que tenham sócios, responsável técnico, ou integrante da equipe técnica, que sejam funcionários da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATRINCHÃ**;

4.4. Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra firma que esteja participando da mesma licitação.

4.5. Que estiver participando na forma de Consórcio ou associação de Empresas.

V - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

5.1. A documentação e a proposta de cada licitante deverá ser apresentado em 2 (dois) envelopes opacos, distintos e fechados com cola, sob pena de desqualificação, contendo:

5.1.1. Envelope nº 1: Documentação de Habilitação;

5.1.2. Envelope nº 2: Proposta de Preços.

5.2. Os envelopes contendo a documentação e proposta exigida, serão entregues no local, data e horário, fixados para o Convite, em envelopes, contendo ainda em sua parte externa e frontal, os dizeres:

“A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATRINCHÃ - GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

CONVITE N.º 006/2017”

5.2.1. Identificação dos Envelopes (nº 1 e nº 2)

5.2.2. Denominação ou Razão Social, do Remetente.

5.3. A ausência de numeração dos envelopes, da identificação do licitante e da identificação da modalidade da licitação, impossibilitará a sua abertura, desqualificando a interessada para o certame.

Envelope 1 – Documentação de Habilitação:

5.4. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data e horário fixados para abertura do envelope nº 1 (Título III), em original ou cópia legível autenticada por cartório competente:

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

5.4.2. Prova de regularidade tributária/certidão Negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

5.4.3. Prova de regularidade tributária para com a Fazenda Estadual – Certidões Negativas de Tributos Estaduais e de Dívida Ativa;

5.4.4. Prova de regularidade tributária para com a Fazenda Municipal – Certidões Negativas de Tributos Municipais e de Dívida Ativa do município sede da licitante;

5.4.5. Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRS/FGTS;

5.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – CNDT.

5.4.7. Declaração firmada pelo próprio licitante, de que cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo IV.

5.4.8. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Anexo V.

5.5. A documentação solicitada nos subitens 5.4.1 ao 5.4.8 deste Título deverá ser compatível com o CNPJ apresentado, não sendo permitida a mesclagem de documentos, ou utilização de documentação de filial, diversa daquela licitante que esteja participando do certame.

5.6. A declaração exigida por este instrumento convocatório e firmada pelo representante legal da licitante deverão vir acompanhada de documento(s) que comprove(m) os poderes de representação e possibilitem a conferência da assinatura.

5.7. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de habilitação, para a devida conferência.

5.8. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas por descumprimento do prazo de entrega dos mesmos, ou, ainda, dos envelopes contendo a proposta de preços das licitantes inabilitadas.

5.9. Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

5.10. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

5.10.1. Para efeito deste item considera-se vencida a fase de habilitação com o decurso do prazo recursal, ou a renúncia expressa das licitantes quanto ao prazo recursal, consignado em ata.

5.11. A documentação deficiente ou em desacordo com o presente EDITAL, deverá inabilitar o licitante, ensejando-lhe a devolução de seu envelope “PROPOSTA”, após rubricado no (feche) pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e presentes.

Envelope 2 – Proposta de Preços, conforme o título VI

VI – DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preço deverá em moeda corrente nacional, atualmente em R\$ (reais), numericamente em seus itens individuais e numericamente e por extenso em seu valor total e apresentada em língua portuguesa, impressa por qualquer meio eletrônico em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere esta licitação, devendo ainda ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação.

6.1.1. Indicação do preço por item da proposta.

6.1.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

6.1.3. A proposta de preços deverá conter o nome e o endereço completos do Licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, e fazer referência como indicado para o endereçamento do envelope acima citado mencionando a modalidade Convite nº 006/2017.

6.1.4. Prazo de validade da proposta apresentada que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta.

6.2. Consideram-se incluídas nos preços propostos todas as despesas relacionadas direta e indiretamente com a prestação dos serviços, tais como quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, salários, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, lucro e outros encargos ou acessórios.

6.3. A proposta deverá referir-se a todo o especificado no objeto da presente licitação.

6.4. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com os Títulos e condições deste edital e total sujeição à legislação pertinente.

VII – DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1. Da Documentação de Habilitação:

7.1.1. A ausência de documento e a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto no Título V inabilitarão a proponente, impossibilitando a abertura do envelope de proposta de preços respectivamente, impossibilitando a abertura do envelope de proposta de preços respectivo. Consistirá causa de inabilitação a ausência de representante legal da licitante no momento de abertura dos trabalhos.

7.2. Da Proposta de Preços:

7.2.1. Para julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta como fator determinante, o menor preço por item ofertado pelo licitante, desde que observadas as especificações e atendidos os requisitos estabelecidos neste Edital e os previstos na legislação pertinente.

7.2.2. Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender aos requisitos deste instrumento convocatório.
- b) apresentar preço simbólico, irrisório, ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado.
- c) apresentar preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
- d) não referir-se à integralidade do objeto.
- e) contiver em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem capaz de dificultar o julgamento, assim como aquelas que se enquadrem em qualquer das situações previstas no art. 48 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

7.3. Concluído o exame da documentação apresentada e das impugnações que tenham sido formuladas, cumprirá a Comissão de Licitação anunciar sua decisão com respeito à habilitação das empresas licitantes e consulta-las sobre seu eventual interesse pela interposição de recursos e retenção de prazo para esse fim.

7.4. Havendo protesto ou recurso, a reunião será suspensa, até que seja solucionado o incidente. Não havendo, proceder-se-á à abertura do envelope nº 2, contendo a proposta comercial. O conteúdo do envelope nº 2, será examinado e rubricado pelos representantes credenciados das proponentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

7.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á por sorteio, promovido pela Comissão de Licitação, nos termos do art. 45, §2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se ultrapassado o critério previsto no art. 3º, §2º, II, da mesma Lei.

7.6. Prevalecerá o preço unitário, em caso de divergência entre este e o preço total.

7.7. Prevalecerá o preço expresso por extenso, em caso de divergência entre este o preço expresso em algarismos.

7.8. No julgamento da documentação e das propostas, a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

7.9. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

7.10. Os resultados da habilitação das licitantes, bem como o julgamento das propostas, serão publicados no Placar de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Matrinchã.

7.11. Após o julgamento da proposta, decorrido o prazo recursal, ou caso tenha havido renúncia expressa quanto ao mesmo, o processo será encaminhado do Chefe do Poder Executivo Municipal para a competente homologação.

VIII – DO PREÇO

8.1. Os preços contratuais serão os constantes na proposta.

8.2. O preço pelo serviço é irrevogável e inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos e taxas e constitui a única remuneração pela execução dos trabalhos contratados.

8.3. A Prefeitura Municipal de Matrinchã, reserva-se o direito de, em qualquer ocasião, fazer alteração nas especificações que impliquem redução ou aumento de serviços de que resulte ou não correção do valor contratual, obedecido o limite previsto no art. 64, §1º, da Lei nº 8.666/93.

8.4. Quando, na execução do objeto contratual, forem solicitados pelo Contratante serviços/fornecimentos não previstos, mas que sejam pertinentes e compatíveis ao implemento do objeto licitado, a Contratada levantará previamente seu custo, submetendo-o ao exame da Prefeitura Municipal de Matrinchã que, se aprovar, providenciará a autorização escrita para a realização, respeitado o limite estabelecido no §1º do art. 65, a Lei Federal nº 8.666/93.

IX - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

9.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado, encontra-se completada na Lei Orçamentária, em vigor sob: 04.122.0003.2.005.3.3.90.39.00 – Administração Geral; 10.302.0014.2.301.3.3.90.39.00 – Saúde Pública.

X – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. O contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Matrinchã, e a licitante vencedora (adjudicatária) incluirá as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e outras necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

10.2. O contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Matrinchã, não poderá ser objeto de cessão ou transferência, acarretando a infringência a essa cláusula, além das penalidades legais, a rescisão do contrato.

10.3. O contrato terá a duração de doze meses consecutivos contados da assinatura.

10.4. A Prefeitura Municipal de Matrinchã, reserva-se no direito de contratar no todo ou em parte o objeto da presente licitação ou deixar de fazê-lo, conforme lhe conviver.

10.5. O pessoal empregado na execução do contrato não terá vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Matrinchã, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os encargos decorrentes das relações de trabalho.

10.6. A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.7. A contratada somente poderá sub-contratar partes do objeto, mediante autorização expressa da contratante, respondendo perante a Prefeitura Municipal de Matrinchã, com exclusividade, pela fiel execução da integralidade do objeto previsto neste Convite e no contrato.

10.8. A contratada assumirá completa responsabilidade pela atuação dos sub-contratos, que não manterão qualquer tipo de veículo com a Prefeitura Municipal de Matrinchã.

10.9. Será de inteira responsabilidade da Contratada a realização de quaisquer serviços necessários à perfeita execução do objeto licitado, mesmo que não tenham sido cotados, bem como a reparação de qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Matrinchã, ou de terceiros, resultante da execução dos serviços.

10.10. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato a ser firmado para qualquer operação financeira.

XI - DAS PENALIDADES E SANCOES

11.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato ou pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Matrinchã, poderá aplicar à vencedora ou contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49 da Lei Federal 8.666/93:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Licitante;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto subsistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado à penalidade.

11.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes de descumprimento contratual:

11.2.1. 2% (dois por cento), por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido.

11.2.2. 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do serviço ou obra não realizada em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, podendo ser cancelado o contrato.

11.2.3. 8% (oito por cento) sobre o valor da proposta no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir da execução do serviço.

11.2.4. 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço ou obra não realizada no caso de a contratada, injustificadamente paralisar a execução do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias ininterruptos, dificultar os trabalhos da fiscalização ou negar-se ao cumprimento das instruções emanadas.

11.2.5. 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, caso a contrata sub-contratar sem autorização prévia.

11.3. O recolhimento das multas referidas nos sub-itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 11.2.4 e 11.2.5, deverá ser feito, através de guia própria, a Prefeitura Municipal de Matrinchã, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data em que forma aplicada a multa.

XII - DOS RECURSOS

12.1. Das decisões da Comissão de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, após a divulgação dos resultados.

12.2. As ocorrências havidas durante o ato de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços serão registradas em ata, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos demais presentes.

12.3. Quaisquer recursos relativos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matrinchã, e protocolizados na sede da Prefeitura, situada na Rua Gerciron Pereira Dias, nº 858, Setor Nova Esperança, Matrinchã, Goiás.

12.4. Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, por meio de publicação no Placar de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Matrinchã, Goiás, bem como será encaminhado comunicado via fax para os licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.5. Abertos os envelopes de nº 2 (Propostas Comerciais) na sessão de abertura dos envelopes de nº 1 (Documentação de Habilitação), o prazo recursal será o mesmo para as duas fases.

12.6. A impugnação ao edital suspende o procedimento até seu julgamento administrativo, podendo prosseguir na pendência de julgamento judicial.

XIII - DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Se a adjudicatária deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado a prorrogação de prazo mediante justificativa por escrito e aceita pela Prefeitura Municipal de Matrinchã, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo-se optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, §2º da Lei nº 8.666/93.

13.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Matrinchã.

13.4. A empresa licitante, por seus responsáveis e prepostos, responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

13.5. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior da Prefeitura Municipal de Matrinchã, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

13.6. Serão de exclusiva responsabilidade da adjudicatária todas as despesas necessárias à contratação.

13.7. As impugnações ao presente instrumento observarão o disposto no art. 41, da Lei nº 8.666/93.

13.8. Os esclarecimentos técnicos deverão ser formulados por escrito, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matrinchã, até o 3º dia útil que anteceder a abertura do envelope de nº 1.

13.9. Havendo divergência entre disposições da minuta contratual, bem como dos projetos e do presente instrumento convocatório, prevalecerão as disposições deste, devendo as correções ser efetuadas no momento oportuno.

13.10. As solicitações de esclarecimentos que deverão ser encaminhadas por escrito e as informações relativas à licitação serão obtidas junto à Comissão de Licitação, na Prefeitura Municipal de Matrinchã, pelo fone/fax: (62) 3391-1151.

13.12. Fica eleito o foro da Comarca de Itapirapuã, Estado de Goiás, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no Placar de Avisos e Publicações da **Prefeitura Municipal de Matrinchã**, no lugar de costume.

Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matrinchã, Goiás, aos 25 de maio de 2017.

Vivianne Oliveira de Araújo
Presidente da CPL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Prefeitura Municipal de Matrinchã-GO.

01 - DO OBJETO:

Contratação de consultoria administrativa ao departamento de licitações e controle interno do Município de Matrinchã; e consultoria administrativa ao Fundo Municipal de Saúde de Matrinchã, no que concerne à elaboração de termos de referência e licitações em geral.

02 - JUSTIFICATIVA:

O Município de Matrinchã e o Fundo Municipal de Saúde de Matrinchã, necessitam de profissional para prestar os serviços descritos neste termo de referência, sendo que tais serviços são fundamentais para o andamento dos processos.

03 - AVALIAÇÕES DE CUSTOS

O custo estimado da prestação mensal será de aproximadamente de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais, totalizando aproximadamente R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

04 - PRAZOS:

Iniciar os trabalhos após a emissão da Ordem de Serviço até 31/12/2017.

05 - CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será mensal conforme documento apresentado para tal comprovação.

A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal com os serviços discriminados acompanhada da requisição de recebimento.

O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

Os serviços prestados deverão ser conforme consta no Termo de Referência, realizado fora da conformidade com o referido Termo, o pagamento ficará suspenso até a respectiva regularização.

06 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- A) Entregar o serviço nas condições estipuladas neste termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado a cima.
- B) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da realização do serviço:
- C) Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

- D) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- E) Fornecer os serviços em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
- F) Possibilitar o Município de Matrinchã, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;
- G) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Matrinchã ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
- H) Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Município de Matrinchã.
- I) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Município de Matrinchã, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- J) Substituir, sempre que exigida pelo Município de Matrinchã, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina da contratante ou ao interesse do serviço público.
- K) O Município de Matrinchã não aceitara, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- L) Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do Município de Matrinchã inerente ao objeto deste termo de referência.
- M) Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
- N) Todas as despesas relativas a prestação de serviço, mão-de-obra, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa contratada.
- O) Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
- P) Todas as despesas relativas ao fornecimento e entrega do material, mão-de-obra, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa fornecedora;

07 - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- A) Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de nota de empenho, bem como atestar na nota fiscal/fatura.
- B) Efetuar os pagamentos após a prestação do Serviço.
- C) Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão realizados os serviços.
- D) Rescindir o contrato, formalizado por escrito e mediante a anulação da nota de empenho, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

E) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinentes à presente contratação.

08 - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

09 - ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

No interesse da Secretaria de Administração o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), por item, com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.

A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido.

10 - SANÇÕES

Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Matrinchã-GO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa, a licitante e a adjudicatária que:

Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Matrinchã-GO, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

As sanções de multa poderão ser aplicadas á Contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Município de Matrinchã-GO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

A secretaria Administrativa e Finanças poderão, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

ANEXO II

“MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA, COMO CONTRATADA.”

DAS PARTES

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº __, bairro _____, neste ato representada _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**;

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº __, bairro _____, neste ato representada por seu sócio o senhor _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato público de prestação de serviços é firmado com base em no convite nº 006/2017, e nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto do presente contrato a contratação de consultoria administrativa ao departamento de licitações e controle interno do Município de Matrinchã; e consultoria administrativa ao FMS de Matrinchã, no que concerne à elaboração de termos de referência e licitações em geral.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Sem prejuízo das responsabilidades a cargo da CONTRATADA perante a CONTRATANTE e com terceiros, os serviços serão controlados e fiscalizados por servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração, que fixará critérios visando à satisfação plena e correta das necessidades da CONTRATADA.

Parágrafo único – O servidor designado ficará obrigado a:

- I – supervisionar, fiscalizar e acompanhar a fiel execução do presente contrato;
- II – apresentar ao Secretário Municipal de Administração, relatórios detalhados quando no decorrer da execução do contrato for constatada alguma irregularidade, caracterizada ou não inadimplência ou término do contrato;
- III – adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato.

DAS CONDIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA – Constituirão encargos exclusivos da CONTRATADA, os trabalhistas e previdenciários do pessoal envolvido na execução dos serviços, além do que, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos causados a terceiros, em face da execução do presente instrumento contratual.

DAS DESPESAS OPERACIONAIS

CLÁUSULA QUINTA – As despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: viagens, estada, material de expediente, cópias, etc. correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

DO PREÇO E PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela execução do presente instrumento contratual, o valor global de R\$ _____ (_____), divididos em _____ parcelas mensais no valor de R\$ _____ (_____).

Parágrafo único – O pagamento será efetuado mediante apresentação de faturas de prestação de serviços, em conformidade com o presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento a CONTRATADA, será efetuado na Tesouraria da Prefeitura, obedecidas ainda, as seguintes condições:

I – os valores para pagamento dos serviços, objeto deste instrumento contratual, serão aferidos pelo setor competente da Secretaria Municipal de Administração;

II – a CONTRATANTE assiste o direito de recusar e/ou glosar o faturamento apresentado em desacordo com este contrato, onde somente serão pagos após as correções devidas.

Parágrafo único – Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações da CONTRATADA para com terceiros, que possam, de qualquer forma, prejudicar a CONTRATANTE;

b) inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com a CONTRATADA, que provenha da execução deste ou de outros contratos.

DO VALOR ESTIMATIVO E DA DESPESA

CLÁUSULA OITAVA – A despesa estimada com a execução dos serviços constantes do presente contrato é no valor abaixo discriminado, e correrá no presente exercício financeiro a conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária municipal, na dotação nº: _____

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA – O presente contrato poderá ser rescindindo nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94.

DA VIGENCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente Contrato terá vigência a partir da assinatura até 31 de Dezembro de 2017.

Parágrafo único – Poderá ser prorrogado o prazo do presente contrato mediante termo aditivo.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Fica eleito em comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Itapirapuã, Goiás, com exclusão de qualquer outro, para dirimir possíveis controvérsias oriundas da execução do presente contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Fica assegurado a CONTRATADA a recomposição de preços em face de ocorrência de aumento de insumos, que venha afetar a equação econômico-financeira do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Este contrato público de serviços é regido em todos os seus termos, pelas normas aplicáveis à espécie, esgotando seus efeitos tanto que satisfeitas mutuamente as obrigações das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – O extrato deste contrato deverá ser publicado no placar da Prefeitura Municipal de Matrinchã, que é condição indispensável para sua eficácia.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam as partes o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas civilmente capazes.

Matrinchã-GO, ___ de _____ de 2017.

**Contratante
Adjudicatária**

Testemunhas:

Nome _____



CPF _____

Nome _____

CPF _____

ANEXO III

D e c l a r a ç ã o

Declaramos para os devidos fins sob as penas da Lei, e ainda perante a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matrinchã, Estado de Goiás, que a empresa _____ cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente para que surta seus efeitos.

Matrinchã-GO, __ de _____ de 2017.

Assinatura do responsável

ANEXO IV

D e c l a r a ç ã o

Declaramos para os devidos fins sob as penas da Lei, que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, constante do Edital Convite nº 006/2017, e seus anexos.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente para que surta seus efeitos.

Matrinchã-GO, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do responsável